

MOÇÃO L

**TIRA A LUTA
DA GAVETA!**



INTRODUÇÃO

Dizia Marx que os homens e as mulheres fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

A realidade da maioria da nossa geração do mundo do pós-crash de 2008 e do Portugal do pós-Troika é a do capitalismo tardio em crise e do empurrão brutal para o embaratecimento da força de trabalho, para salvar a taxa de lucro da burguesia. Sabemos bem que a precarização que temos como única perspectiva de futuro não era inevitabilidade, mas sim o meio da classe que nos explora garantir a contínua acumulação de fortunas para as suas contas bancárias gordas. Estamos a ser roubados há muito tempo e chegou o tempo de lutarmos de volta.

A lengalenga que nos vão contando, do jovem empreendedor, do país das oportunidades, é refutada pelo resgate de banco após banco com dinheiro público, pelas escolas degradadas por Portugal fora, pela compressão salarial e pelos vínculos ultraprecários que encontramos no mercado de trabalho, que impulsionaram a ascensão de novos patrões milionários; a propina que barra tantos de nós de sequer ponderar a entrada no ensino superior, enquanto a universidade fundação promove estágios e subsidia a criação de patentes para corporações privadas. A renda que rouba metade do nosso salário para o senhorio ou nos impede de sair de casa dos pais. A perspectiva da crise climática que ameaça qualquer confiança no futuro, mas é estimulada pelos lobbies massivos industriais, dos gigantes agropecuários e petrolíferos.

No ensino básico e secundário ainda temos a escola fábrica, hierarquizada em torno de rankings e diretores todo-poderosos, que despacha os alunos que ficam para trás para um ensino vocacional menosprezado ou para turmas de segundo nível. Estruturas administrativas e curriculares marcadas pelo enraizamento da homofobia, da transfobia, do machismo, do racismo e da xenofobia. O acesso ao ensino superior continua a ser marcado pelos exames nacionais que promovem o elitismo e ditam a exclusão, sobretudo de estudantes do ensino profissional e artístico.

No ensino superior, reina a lógica do mercado, com a universidade fundação semiprivatizada e o RJIES, que vendeu os espaços de democracia estudantis e da comunidade académica aos investidores privados. As propinas ainda



incomportáveis para tantas famílias trabalhadoras, as bolsas que não chegam sequer para pagar os custos básicos dxs estudantes com menos recursos; o défice crónico de residências universitárias, basicamente extintas, que deixa o acesso à habitação por parte dxs estudantes deslocadxs nas mãos predatórias do mercado imobiliário. Com esta acumulação de entraves, um vasto número de jovens em Portugal acaba o ensino obrigatório e não ingressa no ensino superior.

Tanto aquelxs que se veem imediatamente condenadxs a vender a sua força de trabalho, como aquelxs que o fazem para pagar os seus estudos ou aquelxs que entram mais tarde na relação de assalariamento com um diploma, enfrentam um mercado de trabalho inóspito e uma situação laboral difícil, muitas vezes sem quaisquer garantias ou contratos de trabalho. Ficam, assim, à mercê de um patronato que não cumpre o básico do que são direitos laborais, como um horário de saída, pagamento de horas extraordinárias, entre outros. As questões dos baixos salários, da precariedade laboral, dos horários de trabalho desregulados, entre outras problemáticas, impossibilitam o planeamento e o usufruto de uma vida digna e independente. Xs jovens sabem desde cedo que não terão garantias de emprego, por mais que estudem. A precariedade é o que nos espera: nas fábricas, nos armazéns, nos supermercados, nos restaurantes, nos bares, nos call-centers, e em tantos outros locais de trabalho deste país, xs jovens estão particularmente vulneráveis à exploração capitalista. Os sindicatos são vistos como estruturas antiquadas e inflexíveis. O vínculo laboral temporário não dá perspectivas axs trabalhadorxs jovens de estabelecerem relações dentro do seu local de trabalho, muito menos de pensar em sindicalizarem-se. A juntar a isto, temos hoje uma economia assente em empresas relativamente pequenas, uma relação de forças muito desfavorável e a incapacidade da CGTP e outros sindicatos de liderar um processo de sindicalização eficaz da nova geração de trabalhadorxs precárixs. Ficam assim desamparadxs, sem possibilidade de organização e sem poder reivindicativo. Sobra-nos a narrativa já pouco convincente do empreendedorismo, promovida pelas grandes instituições mediáticas e pelo aparelho do Estado. O desemprego, a precariedade e a exploração no local de trabalho são-nos impostos pelos de cima.

A isto junta-se o machismo estrutural, a discriminação de pessoas LGBTI+, bem como o racismo mais ou menos camuflado. Para a mulher trabalhadora, a exploração aparece sob várias vertentes. A visão patriarcal da sociedade condena-a ao seu papel conservador: ora de dona de casa, ora inferiorizada no local de trabalho em relação aos seus colegas homens. A violência doméstica aparece, então, como produto de uma sociedade profundamente conservadora e com vergonha de se assumir enquanto tal. Há, em Portugal, demasiada relutância para que se discutam abertamente estas questões. Proclama-se aos sete ventos que Lisboa é o destino mais gay-friendly do mundo, mas ignora-se deliberadamente o problema estrutural, que não pode ser mudado apenas por se alterar legislação: a realidade que ainda não desapareceu, da continuação da discriminação - em especial no interior - da comunidade LGBTI+ sob as mais variadas formas, ainda que por vezes de modo disfarçado. A discussão em torno do Bairro da Jamaica veio expor os muitos preconceitos racistas generalizados e normalizados entre a população branca. A violência policial racista está à vista, seja ela aplicada através da segregação e tratamento diferenciado, seja ela aplicada pelo uso do cacete.

O que tem restado portanto a tantxs estudantes e trabalhadorxs da nossa



geração senão o desânimo, a apatia e a deterioração da saúde mental - inerente ao capitalismo -, que nos assola cada vez mais? Fomos inundados pelos espasmos no sistema político da realidade material que já vínhamos a sentir todos os dias. A extrema-direita em ascensão pela Europa e pelo mundo fora, a União Europeia feita comissão da oligarquia financeira e corporativa, o Bolsonaro no Brasil e o Trump nos Estados Unidos, o imperialismo americano a reafirmar a sua prepotência na Venezuela e os sinais de uma nova guerra fria.

O sistema político português e, sobretudo, a esquerda portuguesa parecem aguardar o eventual embate da tempestade perfeita que se gerou no cenário mundial com alguma apreensão, mas, mais preocupante, com uma boa dose de inércia e imobilismo. O atual governo, sabemos, não deu resposta aos principais problemas e desafios do país. A balança de forças, essa, mantém-se favorável à classe proprietária contra aqueles que vivem do seu trabalho. A proletarização de vastas camadas da população, principalmente da nossa geração, é uma realidade marcada pelo poder permanente de saque do empregador, da ganância crescente do senhorio e da ameaça disfarçada dos obrigacionistas que lucraram com a especulação da dívida do país. Contra a ilusão mediática da devolução dos rendimentos, e apesar de toda a pressão que possamos ter imposto sobre o PS, velho partido da contra-revolução e dos grandes interesses, a verdade é que os jovens em Portugal não têm hoje perspectivas de vida e de futuro significativamente melhores face a 2015 e muito menos face a 2008. Entretanto, aproxima-se a nova crise do capital, anunciando o retorno do desemprego, o novo corte ao salário, a emigração forçada com a arma da pauperização apontada à cabeça. É a nossa geração que mais irá sofrer, mas pela realidade em que nos encontramos, é também a que tem menos a perder para fazer a luta toda. É os jovens revolucionários que cabe fazer regressar o espectro do comunismo.

E há alguns sinais que precipitam a mudança e que nos devem alimentar a esperança. No Reino Unido e nos Estados Unidos, a visão socialista é de novo popular e entre as camadas mais jovens, radicaliza-se o imaginário político e as reivindicações programáticas. A greve feminista paralisou o Estado Espanhol e foi sentida em muitas outras partes do mundo; as manifestações do 8M tiveram uma enorme adesão e impacto. Por toda a Europa, os estudantes saíram à rua para fazer greve em defesa do planeta, contra as alterações climáticas e, nas grandes cidades-montra do continente, os movimentos de resistência contra a gentrificação abrem portas ao fim da tirania dos fundos imobiliários. Na China, a intensificação das greves promete o fim do poder de chantagem dos grandes conglomerados multinacionais sobre a classe trabalhadora mundial, com recurso ao exército de mão-de-obra barata do continente asiático. Na Albânia, milhares de estudantes do ensino superior saíram à rua e fizeram greve às aulas durante semanas, reivindicando um ensino mais democrático, com menos custos para os estudantes e com melhores condições materiais.

A acomodação ao sistema e as teses social-democratizantes e social-liberalizantes marcaram uma viragem à direita de uma boa parte dos partidos da esquerda europeia. O resultado foi a erosão das bases dos velhos partidos comunistas e operários e a inabilidade da nova esquerda radical se apresentar como alternativa, abrindo espaço para o crescimento da extrema-direita. O oportunismo, os anseios pelo poder e os acordos com partidos do centro – partidos esses favoráveis à manutenção do status quo – ditaram o desaparecimento de partidos no passado ou da sua redução a meras bengalas



do poder de partidos do sistema.

O Bloco precisa de manter a sua génese combativa e anti-sistémica. Apesar de se proclamar anticapitalista, esse elemento tem-se vindo a perder, desprezando a rua em função do parlamento e de outras instituições controladas pela burguesia que deveríamos estar a combater. Xs Jovens do Bloco, enquanto parte integrante do movimento e não como uma mera juventude partidária, têm o dever de assumir a tarefa de devolver ao Bloco o seu carácter revolucionário e inconformado.

1. ORGANIZAÇÃO

“A liderança pode e deve ser recriada a partir das massas.” - Rosa Luxemburgo

Nos últimos anos, a organização do movimento nxs Jovens tem sido marcada pelo imediatismo, pelo tarefismo e pela cedência a lógicas fáceis, com o enraizamento do amiguismo. Estamos ainda muito rendidxs aos apetites e campanhas designadas pelxs deputadxs e pela direcção, limitadxs tantas vezes a distribuições de panfletos que se iniciam e terminam pela duração da presença das câmaras dos media nos locais de agitação. Por outro lado, as pequenas campanhas decididas em reuniões locais pouco participadas têm sido insuficientes para captar a atenção dxs jovens, de chegar aos seus problemas e de xs convencer a aderirem ao Bloco. De facto, estes últimos dois anos de atividade foram marcados por uma adesão fraca ao movimento, por dificuldade em fazer crescer a massa crítica de militância. Exigem, por isso, uma reflexão profunda e a construção de uma nova perspectiva estratégica.

Sabemos bem que xs Jovens do Bloco assentam num modo de associação algo inorgânico. Se, por um lado, esta falta de uma estrutura solidificada impede a criação de uma hierarquia formal (como verificado em tantas jotas), por outro, na ausência de uma organização sólida surge todo um novo conjunto de assimetrias - de notoriedade, de influência, de poder. Aquelxs que têm maior disponibilidade (porque não trabalham, porque vivem ou estudam nos centros urbanos, porque têm acesso a melhores meios de transporte), aquelxs que detêm uma rede de laços entre militantes melhor estabelecida, aquelxs que são promovidos pela fação interna do partido ganham rapidamente uma voz e uma capacidade de condução dos destinos do movimento desproporcional. É, portanto, necessário reforçar a organização, multiplicando a frequência das assembleias, dos espaços de discussão política e de encontro, para criar rotina de trabalho e intensificar a participação militante.

Um x novx aderente do Bloco não tem qualquer mecanismo de integração e essa mesma fica comprometida, a não ser que já conheça alguém dentro do próprio partido. Esta situação reduz-nos à lógica dos círculos de amigos e dos caciques internos. O Bloco, enquanto partido-movimento, tem de integrar todxs xs que estão dispostxs a lutar. Para isso, tem de ter uma atitude mais acolhedora para com novxs aderentes, integrando e pondo a par de todas as atividades, bem como da organização interna. A resposta tem de ser a criação de mais espaços comunitários horizontais e autogeridos, como oficinas, jantares ou festas e mesas-redondas - construídos sempre sobre um mote político e politizador, que reforce as relações de camaradagem, promova a integração de



militantes menos incluídxs e sirva de polo de atração, radicalização e recrutamento. Propomos também a elaboração de um kit de aderente jovem para novxs militantes, com informação sobre a estrutura interna do Bloco, estatutos, campanhas, informações sobre a Coordenadora Nacional de Jovens e perguntas frequentes. O Bloco não só como movimento, mas também como comunidade para melhor servir de arma dxs oprimidxs contra os exploradores.

Contra o derrotismo da concepção de CNJ como centro de um círculo de influência fechado, defendemos uma coordenadora de jovens como ferramenta de agilização e promoção das ideias, propostas e iniciativas de base. Isto significa: acabar com as cúpulas que na subjetividade das suas opiniões tudo definem (quem tem lugar, por exemplo, em atividades como as Brigadas de Verão), com a inversão deste processo através de assembleias regulares e constantes para determinar programa, frentes de combate e campanhas; promover a troca de contactos entre militantes de todo o país; formação de espaços de democracia direta, com a criação de uma plataforma online à escala nacional, onde todos os camaradas possam discutir, coordenar, deliberar e decidir em conjunto.

Finalmente, nos espaços com pouca estrutura militante existente, como nas periferias e, sobretudo, no interior, a CNJ deve intervir diretamente para criar atividade, ajudar a organização dxs aderentes jovens existentes e aproximar simpatizantes. A inexistência de atividade dxs Jovens do Bloco no interior e a falta de motivação para mudar esse panorama por parte da direção - mesmo depois de alguns eventos terem sido organizados em regiões do interior nos últimos tempos, acontecimentos provavelmente efémeros - é algo que deve ser combatido, disputando as Universidades e Politécnicos do interior, as escolas secundárias e os locais de trabalho de maneira a criar uma base sólida de militância jovem para o futuro.

2. EDUCAÇÃO

“Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária.” - V. I. Lenine

A formação política tem estado em falta no Bloco, mas qual é o papel dxs Jovens senão promovê-la? A formação política é a arma mais importante de umx militante: a capacidade de pensar sobre o mundo e analisá-lo eficazmente, uma lente teórica que permite ver para além das aparências e desconstruir as leis do sistema e a narrativa dominante. A partilha e acumulação de experiências de luta para além da sua, para uma militância mais capaz; o domínio sobre o programa mínimo, transitório e máximo e a sua articulação num discurso robusto e feroz. Grande parte dxs militantes sai de eventos como o Fórum Socialismo ou Inconformação com uma sensação de insuficiência, de uma noção demasiado frágil dos temas abordados, de um conhecimento aquém do que poderia ser útil para a construção de uma argumentação sólida e para o combate político. A repetição de debates frequentemente superficiais, pelos mesmxx oradorxx de sempre, na maioria das vezes parece arranhar apenas a superfície dos temas abordados. Surge então a necessidade de construir um projeto global de formação política em três planos:

> Em primeiro lugar, desenvolver mais espaços e instrumentos de preparação e aprofundamento do domínio da teoria materialista, social e crítica. O que é o capitalismo? Como se processa a exploração, a luta de classes e qual a



natureza do Estado; que causas e tendências estão por de trás das crises cíclicas que nos assaltam; como se estrutura a dominação patriarcal e o papel da classe trabalhadora na construção do socialismo. São questões às quais devemos coletivamente procurar buscar fontes de resposta, reflexão e debate. A criação de bibliotecas comunitárias nas sedes pelo país, a generalização de espaços de discussão horizontal de textos de base e a criação de cursos pela CNJ dedicados à economia política e sociologia marxista são iniciativas importantes que devem ser estimuladas e levadas a cabo para constituir um alicerce comum a todxs xs militantes do Bloco.

- > Em segundo lugar, reconhecendo a experiência positiva de organizações próximas como os DSA (nos EUA) e o Momentum (no Reino Unido), uma formação política prática, virada para a preparação de organizadorxs e de ativismos. Apesar de o Bloco beneficiar da presença de ativistas de várias áreas e de várias idades, com histórias de luta em contextos e frentes múltiplas, cada nova geração de ativistas parece começar sempre da estaca zero. Há pouca acumulação de conhecimentos e de experiências, que se perdem desnecessariamente, quando deviam ser partilhadas e reproduzidas para evitar a repetição inútil dos mesmos erros, permitindo uma luta cada vez mais efetiva. Como montar uma campanha, como organizar colegas de escola ou faculdade para formar um coletivo; como organizar os colegas de trabalho para criar um sindicato ou formar uma associação de inquilinos. Como mobilizar eficazmente para uma manifestação; que exemplos temos de ocupação por camaradas bem-sucedidos ou experiências alternativas de propaganda já foram tentadas. Técnicas básicas de design e de multimédia para as redes sociais, entre tantas outras ferramentas necessárias para a luta toda. Deve ser uma função básica da CNJ promover eventos desta natureza.
- > Em terceiro lugar, é preciso reforçar o domínio dxs militantes sobre o programa do Bloco, para que o possam defender, apresentar, criticar construtivamente e moldá-lo. Os debates que se vão repetindo a este propósito raramente permitem uma consolidação séria do conhecimento sobre aquelas que são as nossas propostas. Quantos militantes sabem o que é o Controlo Público da Banca, já divulgado em tantos outdoors pelo país fora? Qual é o modelo para o Ensino Superior que propomos em alternativa ao RJIES? Eue análise fazemos do mercado laboral e que Código de Trabalho desenharia um governo do Bloco? Propomos a criação de livretes, em edição física e digital, editados pela CNJ, com a participação dxs responsáveis do Bloco sobre as várias áreas de formulação programática e legislativa, que procurem sintetizar e explicar os modelos alternativos propostos pelo partido às instituições existentes.

Todo este conhecimento adquirido, no entanto, deve ser crítico e questionável, para evitar o fomento do discurso cassete. O Pão e Cravos, cujo propósito e linha editorial têm sido marcados desde o início pela indefinição - não se clarificando como um media externo (com uma impressão demasiado limitada e, pela natureza do formato, demasiado maçuda) ou interno (com um conteúdo demasiado leve e consensual) -, pode ser o instrumento de excelência para promover o debate dentro do Bloco. Pretendemos que este seja a partilha de conhecimentos, polémicas, experiências e opiniões entre camaradas, com publicações periódicas mais regulares e frequentes, abertura e impulso ao contributo de todxs, direito a resposta e contraditório, bem como momentos de debate local e reflexão política conjunta em torno dos conteúdos de cada edição.



A estrutura dos debates e a escolha dxs oradorxs no Inconformação e no Liberdade precisam de ser repensadas. Se, por um lado, os momentos de formação política não aprofundam os temas o suficiente, por outro, alguns momentos de debate acabam por ser de esclarecimento de dúvidas. Há que encontrar um equilíbrio entre estes aspetos, largando a dependência que existe em convidar as figuras mais mediáticas do Bloco e em afunilar a discussão em torno de umx qualquer especialista. Propomos também que se organize e se promova a participação em encontros e acampamentos de jovens internacionais, com vista à solidariedade e partilha de conhecimentos e experiências de luta.

Queremos que xs jovens tenham ferramentas para se formarem enquanto militantes, para pensarem por si próprixs sobre as lutas em que nos envolvemos, evitando basear o seu discurso em chavões vazios de conteúdo e demasiado vagos. Conscientes, capazes de enriquecer o Bloco nas suas múltiplas vertentes feministas, queer, antirracistas e ecossocialistas.

3. AGITAÇÃO

“Expor aos oprimidos a verdade sobre a sua situação é abrir-lhes o caminho da revolução.” - Leon Trotsky

O estado gestor atual do Bloco deixou as bases reféns da agitação política de sabotagem à hegemonia, necessária à superação do sistema capitalista. O caminho seguido pela direção é muito insuficiente: o centralismo baseado no parlamento, nxs deputadxs e nas figuras mais célebres apenas serve para tirar proveito do mediatismo fácil. É necessário apelar axs jovens com recurso a discussões horizontais, plenários e criação de núcleos descentralizados. Quem adere ao Bloco tem que saber que conta com uma estrutura capaz de lutar pelos seus direitos, e não meramente com figuras mediáticas que rapidamente caem no vazio dos grandes slogans.

A ladainha da devolução de rendimentos está constantemente em contradição com os números e dados relativos às constantes injeções de capital no sistema financeiro para salvar bancos privados corrompidos e falidos. Seja na banca ou nos serviços semiprivados, a ação dxs jovens e do movimento deve ser esta: evidenciar nada menos do que os factos, a realidade nua e crua das desigualdades e dos privilégios, em contraste com a miséria e o desinvestimento. Se há PPPs na saúde, se há concessões inúmeras nos transportes, se os CTT foram privatizados, nada disso é por acaso. É a ação dos partidos-marioneta das portas giratórias e dos interesses instalados (PS, PSD, CDS) que permitiu e continua a permitir o favorecimento dos privados.

Levar o motivo anticapitalista é o caminho necessário para gerar consciência que consiga efetivamente pôr fim às opressões: seja o especulador imobiliário, seja a empresa privada que explora os transportes coletivos da cidade, seja o discurso do capitalismo verde, seja a lógica da mercantilização da luta LGBTI+.

Queremos levar a mensagem dxs Jovens do Bloco aos sítios onde sentimos que ela não tem chegado. Propomos por isso a realização de encontros com estudantes do Ensino Artístico e Profissional, articulados com campanhas dirigidas à diversidade de cursos do ensino secundário. No Ensino Superior,



propomos realizar encontros com os estudantes do Ensino Politécnico, bem como levar debates aos diferentes Institutos, invertendo a tendência do foco nas Universidades.

Defendemos que, nas acções de contacto com estudantes e trabalhadorxs e distribuição de propaganda, a prioridade deve ser sempre o diálogo com estxs. A lógica da mediatização não se pode sobrepor ao contacto direto com as pessoas. A nossa ação enquanto jovens tem que partir da vontade de aprender com xs outrxs trabalhadorxs e populações oprimidas, de partilhar experiências de luta e de estabelecer relações de solidariedade e entreajuda. Cabe-nos incutir um discurso de classes como elemento que consiga traduzir esperança para a classe trabalhadora, que vê xs filhxs condenadxs às mais variadas formas de precariedade laboral, auferindo baixos salários e trabalhando em horários desumanos. Propomos, por isso, realizar encontros com sindicatos e comissões de trabalhadorxs, de modo estabelecer pontes e redes de contactos, e criar grupos de trabalho e iniciativas dirigidas a jovens com estatuto trabalhador-estudante, por este ser um dos setores mais ignorados pelo sindicalismo tradicional, mas que engloba uma boa parte dxs estudantes.

Há que democratizar a construção da agitação entre xs jovens. Incentivar xs militantes que estejam há menos tempo no movimento, depender menos dos funcionárixs da sede nacional e promover a criação de conteúdo de forma ampla com recurso às redes sociais são alguns dos nossos objetivos. Só desta forma podem xs militantes de base ser xs responsáveis pela sua própria propaganda.

REVOLUÇÃO

Encontramo-nos perante um cenário difícil. As sucessivas crises do capitalismo empurraram-nos para um beco sem saída. À nossa frente temos a precariedade, os baixos salários e a perspectiva de emigrar. As opressões de género, de orientação sexual, de cariz machista, racista e xenófobo condicionam a nossa liberdade. Por mais anos que passem, continuamos a encontrar as causas nos mesmos responsáveis. A interseccionalidade das lutas não é para nós uma escolha, é sim uma necessidade. O sistema capitalista aproveita-se das várias formas de discriminação para poder explorar ainda mais quem está numa posição fragilizada.

A moção L entende que as dinâmicas de uma sociedade capitalista e patriarcal não se combatem com meras reformas, que visam elas próprias manter os alicerces do sistema, e que nunca serão uma garantia de conquistas reais para a classe trabalhadora. A exploração, a alienação e o imperialismo são males que apenas se cortam pela raiz. A transformação de mentalidades só pode ocorrer quando nos livrarmos de quem nos condena às narrativas conservadoras e à manutenção forçada do estado atual das coisas.

Consideramos que o trabalho do Bloco no geral tem sido muito insuficiente para as mudanças de fundo de que precisamos. O apoio ao governo do PS deixou-nos reféns das vontades dos decisores políticos que são o braço direito da burguesia portuguesa. O foco exagerado no trabalho parlamentar deixou as bases desorientadas, sem uma perspectiva de longo prazo, criando ao mesmo tempo uma burocracia partidária, com tendência a manter as lógicas do mediatismo e a centrar toda a atividade do movimento num pequeno grupo restrito.



Nxs Jovens do Bloco, assiste-se à proliferação de vários problemas que são consequência da degeneração lenta do partido-movimento. A restrição da realização de atividades a grupos de amigos e a falta de integração de novxs aderentes impede o crescimento do movimento, levando mesmo militantes a abandonarem o Bloco sem a oportunidade de contribuírem com o seu conhecimento e experiência. O trefismo é cada vez mais generalizado. Isto cansa-nos e limita a nossa participação enquanto militantes ativxs. Precisamos de inverter esta tendência e devolver aos Jovens do Bloco capacidade de pensarem por elxs próprios, de lhes dar oportunidade de realizar trabalho verdadeiramente emancipador.

A superação do sistema capitalista tem que ser travada através do trabalho de bases e é desse trabalho que xs jovens do Bloco não se podem demitir. Hoje, mais que nunca, não pode haver espaço para reformismos ou conciliação de classes. É necessária uma estratégia revolucionária eficaz, assente em três eixos: organização, educação e agitação. Uma organização forte, construída a partir das bases para juntar militantes; a educação para dar formação teórica aos militantes, fomentando o debate e alinhando estratégias; a agitação necessária para sublevar as massas e quebrar a ordem. Só com uma linha bem definida e uma estratégia de longo prazo podemos construir o partido-movimento.

Perante um sistema em constante transformação, mas no qual as relações de opressão em nada mudam de forma favorável aos setores explorados da nossa sociedade, não podemos ficar calados. Urge responder. Urge questionar as instituições. Há que violentar o sistema.

Tirar a luta da gaveta - toda a luta - por um mundo sem discriminação, mais justo, solidário e sem opressão é o nosso mote. Vamos a isso!

LISTA L – TIRA A LUTA DA GAVETA!

1. Francisco Pacheco, 12750, Porto
2. João Patrocínio, 13408, Lisboa
3. Rafaela Suzano, 14080, Porto
4. João Ponte, 13052, Leiria
5. Mateus Sadock, 12406, Lisboa
6. Sofia Cazalgrandi, 14014, Lisboa
7. Mafalda Silva, 14031, Lisboa

SUBSCREVEM

1. Afonso Jantarada, 10708, Lisboa
2. André Carvalho, 13826, Vila Real
3. António Tomás, 12694, Porto
4. Beatriz Arnedo, 11828, Porto
5. Carolina Veloso Ferreira, 12384, Porto
6. César Sousa, 11666, Aveiro
7. Diogo Araújo, 12279, Porto
8. Eduardo Meca Castro, 12695, Porto

9. Francisco Pacheco, 12750, Porto
10. Frederico Carreiro, 12907, Lisboa
11. João Martins, 12136, Porto
12. João Nuno Paulo, 10580, Lisboa
13. João Patrocínio, 13408, Lisboa
14. João Ponte, 13052, Leiria
15. João Vieira, 14002, Lisboa
16. Mafalda Silva, 14031, Lisboa
17. Manuel Fernandes, 11068, Porto
18. Maria Francisca Gonçalo Ferreira Castanheira Pinto, 12577, Porto
19. Mateus Sadock, 12406, Lisboa
20. Mi Guerreiro, 8469, Lisboa
21. Nassandi Rodrigues, 14090, Porto
22. Rafael Ribeiro, 14076, Vila Real
23. Rafaela Suzano, 14080, Porto
24. Rosalina do Carmo Ribeiro e Silva, 12040, Porto
25. Sofia Cazalgrandi, 14014, Lisboa
26. Tomás Cunha, 13196, Lisboa